

Depredação amazônica

OESP
23/6/97
250

A-4

A Federação das Indústrias do Pará (Fiepa), em carta ao ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, manifestou as boas vindas às madeireiras procedentes da Ásia sob a alegação de que estão trazendo para a pobre Amazônia brasileira, além de alta tecnologia, empregos e dinheiro. Logo, concluiu a entidade, não há razão para tanta desconfiança quanto aos reais objetivos desses investimentos, menos ainda aos danos que podem causar ao meio ambiente e às espécies em extinção. Depois, ironicamente, perguntou se existe uma posição brasileira, que seja oficial, contra a entrada das madeireiras asiáticas.

Se o governo não respondeu ainda é porque virou objeto de consumo interno um relatório preparado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) alertando para o efeito devastador dessas empresas em outros países ou está se deixando levar apenas pelos argumentos financeiros de quem não vê problema algum na exploração da floresta. Sem nenhum xenofobismo, fato é que o Brasil está titubeante numa questão muito séria.

Tanto é que não se compreende como, ao mesmo tempo em que o presidente Fernando Henrique assina um decreto proibindo o corte do mogno por dois anos, a delegação brasileira presente à Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas, realizada na semana passada no Zimbábue, aliou-se a países que querem essa espécie fora das listas de proteção.

Claro, há um desconforto generalizado quando se toca no tema, principalmente porque não se entendem os ambientalistas e a área econômica do governo, sobretudo técnicos da Receita Federal, que monitoram o movimento de toras ou a madeira beneficiada nos Portos de Manaus e Belém.

No caso das madeireiras asiáticas, elas respondem por uma má reputação no cenário internacional. Por onde passaram, o efeito foi devastador. Esta semana, o embaixador plenipotenciário da Malásia, Zainal Abidin Bin Mohamed Zain, vai tentar limpar a ficha de alguns patrícios com fama de depredadores perante a comissão externa da Câmara que investiga o caso. Presidida pelo deputado Gilney Viana (PT-MT), ela é suprapartidária e es-

tá mais apressada do que o governo em saber por que essas madeireiras estão chegando aqui, quem são, quais suas estratégias e que perigos e oportunidades oferecem ao País. "Se o embaixador tem como provar que essas empresas têm um projeto de manejo sustentável da floresta, podemos discutir", diz o deputado.

Muitas dessas questões, porém, já foram respondidas e os congressistas não ficaram nada animados. Algumas companhias asiáticas são públicas, com ações em alta e estão bastante capitalizadas. Isto fez com que as empresas buscassem grandes reservas para garantir a sua porção no mercado consumidor, principalmente o do Japão.

Como o pouco que resta das suas próprias florestas tropicais está sob proteção, elas se voltaram, logicamente, para a Amazônia, que representa a maior reserva de madeira do planeta. Além disso, é uma das últimas possibilidades do mundo de conseguir áreas de 1 milhão de hectares a preço de banana.

Há registro de uma empresa malaia que adquiriu 1,2 milhão de hectares ao preço de US\$ 8 cada hectare. Um detalhe interessante assinalado no relatório da SAE é a aquisição de grandes reservas nas principais calhas de produção de madeira banhadas pelos Rios Purus e Juruá, e nas regiões dos Rios Madeira e Solimões. Não por acaso, rios que correm para o Peru (Solimões) e Bolívia (Madeira).

O contrabando de madeiras de lei é outro aspecto perverso da questão. Vem sendo denunciado por entidades não-governamentais há muito tempo, sem que nenhum órgão fiscalizador ponha fim a essa prática. Por alguns trocados, agricultores pobres e até índios cortam árvores centenárias de mogno ou indicam sua localização. Assim como não há graça nenhuma em ver gafanhotos sobre uma plantação, também preocupa quando árvores e toda a vida em torno dela tombam sobre a ação de motosserras.

Será sempre difícil conciliar interesses econômicos com meio ambiente, mas não é complicado compreender por que a floresta amazônica, para muitos brasileiros, ainda tem um valor público em termos de água, ar e biodiversidade. Isto basta para que a torne diferente de outros investimentos.



■ Bartolomeu Rodrigues dirige a sucursal de Brasília

O Brasil está titubeante numa questão muito séria: a entrada das madeireiras asiáticas